

Novas tecnologias e cidadania: a internet como fator de politização ou de adequação das comunidades excluídas ao sistema produtivo?

Márcia Vidal Nunes¹

Universidade Federal do Ceará

Resumo

O objetivo central do trabalho é identificar como os projetos de inclusão social realizados pela ONG VIVA RIO, através do portal VivaFavela, e a ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS, através de seu site, estão contribuindo para o exercício da cidadania em comunidades periféricas. A internet vem sendo usada como fator de politização ou de adequação das comunidades excluídas ao sistema produtivo? Quais as semelhanças e diferenças dos projetos desenvolvidos por essas duas Organizações Não Governamentais, a VIVA RIO, na periferia do Rio de Janeiro, e o CDVHS, na periferia de Fortaleza? Práticas políticas coletivas nos projetos comunitários vêm sendo substituídas por alternativas individuais de ascensão social e conseqüente inclusão no sistema produtivo?

Palavras-chave

Cidadania, internet, participação.

A ONG VIVA RIO², no Rio de Janeiro, desenvolve vários projetos onde a tecnologia é essencial, para difundir os objetivos e agregar as pessoas em torno de metas comuns. Projetos como o “Estação Futuro”, que tem como objetivo popularizar o uso da Internet através da instalação de pontos de acesso em comunidades de baixa renda, com computadores ligados à rede mundial em conexão sem fio em banda larga; e o “Viva Favela”³, que é o primeiro portal da Internet a tratar exclusivamente de assuntos de

¹ Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, ministrando as disciplinas Jornalismo Comunitário (habilitação em Jornalismo) e Comunicação Comparada (habilitação em Publicidade). Mestrado e Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e pós-doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

² Com o apoio da população, a ong VIVA RIO desenvolve campanhas de paz e projetos sociais em cinco áreas: direitos humanos e segurança pública, desenvolvimento comunitário, educação, esportes e meio ambiente. Hoje, atua em cerca de 350 favelas e comunidades de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sempre em parceria com entidades locais, investindo principalmente nos jovens, mais vulneráveis aos riscos sociais, e buscando a superação da violência.

³ SORJ (2005:154) acredita na integração entre diversos segmentos sociais para a superação das dificuldades:

“O caso de Viva Rio mostra, na nossa opinião, que o inesperado, a iniciativa e a vontade de agir na sociedade abre um espaço de liberdade e de transformação social, cujos limites não são fixados a priori. Como mostra a experiência de vivafavela.com.br, é possível mobilizar para um mesmo objetivo os interesses e os recursos dos grupos sociais dominantes, inclusive as empresas que desejam penetrar no mercado, e os dos moradores das favelas. Muitas vezes a reprodução da desigualdade tem um caráter inercial, refletindo mais a inexistência de iniciativas criativas do que a vontade de exclusão do sistema ou de seus grupos dominantes”.

interesse da população de baixa renda.

No outro extremo do Brasil, na região Nordeste, e particularmente no Estado do Ceará, os projetos comunitários de inclusão digital estão inseridos numa estratégia muito acentuada de politização comunitária, através da busca de soluções criativas que possam gerar a inclusão social com autonomia. O trabalho desenvolvido pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS⁴ é um exemplo de utilização da tecnologia com o objetivo de fortalecer a política de apropriação social da tecnologia em benefício das próprias comunidades.

O uso da tecnologia é considerado um elemento fundamental no desenvolvimento de ações que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas das comunidades assistidas pelo projeto. No site <http://www.cdvhs.org.br>, há o espaço “Notícias da Comunidade”: “Este é um espaço de inclusão digital. Aqui, pessoas de diversas organizações sociais, culturais e comunitárias de bairros e localidade do sudoeste de Fortaleza, inserem as notícias de interesse para o desenvolvimento integrado da região”.

1 – As ongs e a democratização dos meios de comunicação

Para FERNANDES (1994), as Organizações Não Governamentais são instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos. As ONGs são hoje um circuito não-governamental de cooperação que tem sido capaz de articular iniciativas tomadas nos mais diversos campos da sociedade civil. De acordo com a ICNPO (International Classification of No Profit Organization), esses trabalhos estão divididos em doze grupos básicos de atuação, que vão do meio ambiente à habitação, de serviços de saúde a apoios econômicos.

A denominação Organizações Não-Governamentais foi criada pela ONU na

⁴ Uma organização não-governamental sem fins econômicos, localizada no Grande Bom Jardim, sudoeste de Fortaleza, o CDVHS foi fundado em 26 de março de 1994, com apoio do então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider e das organizações Cáritas, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza e Missionários Combonianos. Atualmente, são associadas ao CDVHS vinte e nove pessoas, sendo lideranças comunitárias, militantes de pastorais sociais, profissionais liberais e colaboradores internacionais. Em sua fundação, o CDVHS contou com o entusiasmo e o apoio do sociólogo Betinho, mensageiro da esperança, quando então estimulava, no país, uma ampla mobilização social no combate à fome, à miséria e pela vida.

De 1994 até hoje, o CDVHS vem atuando em mobilizações sociais, animando as comunidades locais, desenvolvendo a idéia de “Comunidade de Comunidades” e a do protagonismo dos mais pobres. Atendendo à missão de “defender a vida e promover os direitos humanos”, em nove anos, brotaram estratégias de políticas sociais para o desenvolvimento local sustentável, voltadas à criança e ao adolescente, a geração de trabalho e renda, a capacitação de lideranças comunitárias e a indução de novas soluções para problemas sociais.

década de 40, para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos, para executar projetos de interesse social dentro de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”.

Para ACIOLI (2002: 28), um dos diferenciais das ONGs para os sindicatos, associações, ou mesmo movimentos sociais é que elas não podem falar ou agir em nome de terceiros, sempre falam em nome próprio. Nesse sentido, não têm representatividade, mas em compensação não dependem dos jogos políticos implicados nos sistemas representativos, para tomar suas decisões.

A partir dos anos 70, no Brasil, fica mais evidente um maior uso das tecnologias de comunicação (rádio, televisão, internet) pelas organizações comunitárias e ONGs e de um processo crescente de democratização dos meios de comunicação de massa (PERUZZO, 1998).

Na sociedade atual, em que a tecnologia e a velocidade se colocam em evidência nas dinâmicas sociais, faz-se necessário pensar a comunicação que se pode realizar nos meios populares. Mais do que as deficiências, até mesmo estruturais, em áreas como educação, saúde, moradia, trabalho e lazer, com as quais as camadas populares são obrigadas a conviver cotidianamente, a exclusão na produção social de informação e, logo, de comunicação destitui esses grupos do direito de decisão, participação e exercício da cidadania (SPENILLO, 2001: 2).

Para GUERRA (1999: 93), os meios de comunicação e os jornalistas devem renunciar à tentação de substituir os partidos e instituições, ou de ser utilizados como plataformas de grupos de poder para fins antidemocráticos. A missão dos meios não é a de pretender substituir as instituições que não funcionam, mas, sim, contribuir para que estas funcionem e se consolidem.

RAZIO(1999:97) afirma que o processo de estrangulamento deliberado da democracia vem levando a uma fragmentação paulatina da sociedade. Com isto, vêm sendo destruídos dois fundamentos decisivos da democracia liberal, ou seja, o princípio do governo responsável e de um povo democrático com capacidade consensual. O resultado é uma democracia vazia e carente de sentido, como acontece ao conceito de cidadania. O povo se desintegra com maior força em que grupos que não se suportam se atacam entre si. Vivemos num mundo de democracias formais, não reais, onde mandam

os investidores e os especuladores financeiros, não os governos.

DIRKOS(1999: 281) destaca que, como resposta a esta progressiva desumanização, produziu-se um peculiar e notório surgimento de pequenos meios. Estes meios, legitimamente denominados comunitários, constituem o eco dos verdadeiros problemas, frustrações e esperanças de seu povo, localidade ou bairro. Cria-se, assim, um âmbito mais humano dentro do qual se recupera o sentido fundamental da comunicação: servir de vínculo ao intercâmbio de idéias e valores entre os membros da comunidade de que são parte. Através delas começam a se expressar os próprios vizinhos, as instituições intermediárias, culturais, sociais, políticas e esportivas de cada localidade, o que de nenhum modo será possível sem a existência destes meios locais. Sua legitimidade foi comprovada, de outra forma, pela inserção que obtiveram estes meios de origem local; criados, concretizados e recebidos pelos membros da própria comunidade.

MOHME (1999: 108) trabalha com a concepção de cidadania participativa. Se a informação é poder, então a tarefa dos meios de comunicação democráticos é respeitar o direito à informação do povo em que reside a soberania. No século XX, consolidou-se o fato de que não há política sem meios de comunicação e não há meios de comunicação sem política.

Para MOHME (1999:108), os meios de comunicação de massa devem contribuir para a democratização da comunicação, sendo os intermediários entre a cidadania e a classe política, canalizando, difundindo, multiplicando ou diminuindo determinadas opiniões. Outorgam e retiram a credibilidade a determinados líderes e formações políticas. Uma segunda tarefa em prol da democratização é permitir a expressão das opiniões do cidadão comum, de maneira que termine o círculo vicioso de opiniões e confirmações ou discrepâncias entre os membros da classe política que termina afastada cada vez mais dos interesses e inquietudes concretos da cidadania. Porque se a informação somente flui em um só sentido, estamos criando e reproduzindo cidadãos passivos que só se contentam em estar informados e não em participar ativamente dos assuntos públicos.

Para NUNES (1995: 199), um processo completo, que desloca a idéia do mega e abraça a ideia do pequeno, que inclui liberdade de expressão, informação confiável e produção cultural própria, pode ser sim um contraponto – uma alternativa à forma que

se organiza a mídia oficial. Porque os valores já não serão mais aqueles estandardizados pelo mercado oficial de bens culturais e, sim, aqueles que constroem a identidade da comunidade ou do grupo que organiza o processo, favorecendo a subjetividade e a cidadania.

2 – Cultura, cidadania e inclusão digital

A crescente importância das inovações tecnológicas na nossa vida cotidiana vem provocando uma série de transformações na forma como as pessoas se relacionam entre si e com a sociedade. Mudanças num ritmo acelerado imprimem novos procedimentos técnicos e científicos em todos os campos do conhecimento. Nunca se teve uma quantidade tão grande de informação disponível e com tanta facilidade, e, no entanto, as relações interpessoais e sociais parecem cada vez mais difíceis.

A esfera midiática intermedia nosso contato com o mundo concreto e a idéia que construímos o mundo nos é dada, em grande parte, pelas versões que a mídia constrói e apresenta do real. Hábitos, idéias, sentimentos: a mídia se converteu num grande caldeirão de produtos culturais. Nossa identidade cultural, cada vez mais, parece estar relacionada às práticas culturais erigidas pela mídia, extremamente sensível aos novos modismos decorrentes das inovações tecnológicas.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, dos 170 milhões de brasileiros, apenas 26 milhões têm acesso ao computador. Nos últimos três anos, o número de incluídos aumentou de 10% para 15%, ou seja, 50% de crescimento. O perfil do incluído digital é o seguinte: mais de oito anos de estudos, cor branca ou amarela, morador dos grandes centros, com renda de R\$ 1.677 reais, funcionário público, empregador ou empregado com carteira assinada.

As pessoas que não têm acesso a computadores têm pouco estudo, são negras ou pardas, moram no interior ou na periferia dos grandes centros e têm renda de R\$ 569 reais. Mas a exclusão digital não é um simples reflexo da exclusão social. Crianças e adolescentes, que são mais pobres e as maiores vítimas da exclusão social, estão tendo acesso a computadores em um nível mais elevado que outras faixas etárias.

Segundo Pyramid Research, havia no Brasil um total de 10,5 milhões de usuários em maio de 2001, 16 milhões no final de 2001, 23,6 milhões em 2002, e 46 milhões em 2005. Este número representa cerca de um terço do total dos usuários na

América Latina. No que diz respeito ao comércio eletrônico profissional (B2B), o Brasil representa mais da metade do volume de negócios da América Latina.

Os usuários da Internet se concentram nas grandes cidades (Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba albergam 68% do total dos internautas brasileiros, segundo a companhia Júpiter Media Metriz), e na sua imensa maioria eles pertencem aos grupos de renda mais alta. O aumento do número de usuários no futuro significará certamente a inclusão de um número crescente de cidadãos dos grupos menos favorecidos, mas a grande maioria destes continuará à margem da internet (SORJ, 2005: 147).

A atual política de inclusão digital executada pelas Organizações Não Governamentais usa a internet, para viabilizar ações que levem ao efetivo exercício da cidadania, contribuindo para a democratização dos meios de comunicação, ampliando a politização da população, a participação política e elevando o nível de consciência crítica das pessoas? Ou seguindo a política estatal dos programas de inclusão digital haveria também por parte das organizações não governamentais uma preocupação em utilizar a internet, tornando-a acessível aos segmentos mais pobres, para atenuar os níveis de desigualdade social, assegurando uma adequação às exigências do sistema produtivo, para o qual a internet é instrumento de otimização produtiva e arma eficaz de controle social?

As tecnologias de comunicação e informação como os elementos mediadores destas novas relações interpessoais colocariam em xeque o conceito de cultura tal como o conhecemos e estariam sendo instrumentalizados por poderosas e hegemônicas forças econômicas, políticas e ideológicas, que estariam forjando o cultural, o plural, provocando um acentuado afastamento dos homens entre si e o isolamento de cada um de nós, para facilitar os processos de controle e dominação.

LEMOS (2001) nos fala de uma nova socialidade, construída a partir da interação estabelecida entre os seres humanos e as novas tecnologias, identificando a transformação do processo de apropriação da técnica e do social. Para ele, a técnica, paradoxalmente, vai desempenhar um papel muito importante nesse processo. Ao invés de inibir as situações lúdicas, comunitárias e imaginárias da vida social, as novas tecnologias vão agir como vetores dessas situações. A forma técnica é obrigada a negociar com o social. Podemos falar numa espécie de transformação da apropriação técnica do social, típica da modernidade, para uma apropriação social da técnica,

mesmo que de forma complexa e imprevisível.

O processo de consumo de bens simbólicos, que caracterizaria a vivência de novas formas do exercício da cidadania, é essencial para compreender a relação que se estabelece entre as comunidades e as novas e velhas tecnologias, tais como, por exemplo, o uso da internet para interesses específicos da comunidade, as rádios comunitárias aí instaladas, que realmente refletem a pluralidade de interesses e de opções no interior de um determinado grupo.

Nesse caso, o consumo dos bens simbólicos configurados na produção de um *site* ou na programação da emissora comunitária, é assimilado, reelaborado e devolvido à própria comunidade através da reflexão permanente sobre os produtos realizados que são incessantemente "reconstruídos", colocando-se, assim, em sintonia contínua com os internautas ou ouvintes da emissora comunitária que integram uma espécie de comunidade virtual, unida por uma linguagem única permeada por interesses coletivos múltiplos.

3 – Perfil dos participantes dos sites

Entre os participantes do projeto “Viva Rio” ouvidos⁵, há uma predominância de homens, quase 65%. A idade média deles é de 39,8 (37 a 51) anos contra 31,3 (26 a 40) das mulheres.

Não há dentre os entrevistados nenhum que tenha concluído o nível superior. Duas mulheres têm seu curso em andamento, dentre as quais uma radialista de 40 anos que está no quarto período de jornalismo, influenciada por suas experiências junto ao projeto. Duas outras mulheres e um homem abandonaram o ensino superior antes de sua conclusão. Um tem o ensino médio completo, outro não o concluiu e um terceiro só terminou o ensino fundamental.

Profissionalmente, os entrevistados se ativeram às posições ocupadas dentro do organograma da organização, atuando seja como fotógrafos (quatro casos), radialistas (dois casos) ou correspondentes (também dois casos).

Dentre os participantes das atividades relacionadas no “Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza”, em Fortaleza, que foram entrevistados para esta pesquisa,

⁵ O conteúdo dos sites e das entrevistas realizadas com os representantes comunitários foi sistematizado pelo bolsista de Iniciação Científica – PIBIC-Cnpq, Antônio Leônidas.

predomina uma maioria de mulheres, correspondendo a quase 60%. A programação compreende indivíduos cujas idades variam de 22 a 64 anos, sendo a média dos homens de 40 anos (de 28 a 64) e a das mulheres de 34 anos (de 22 a 42).

Apesar de mais jovens, o nível de instrução das mulheres é maior que o dos homens: é de uma mulher o maior nível de educação formal, a pós-graduação. Seguem ainda uma com formação em pedagogia, uma com curso superior em andamento e outra com ensino médio concluído. Dentre os homens, há um que não soube identificar sua escolaridade, afirmando ter “quase todas”.

No campo profissional, o nível de formação repercute fazendo com que as mulheres tenham posições como educadora, consultora em mobilização comunitária ou universitária. É de um homem o posto menos privilegiado, como “sucateiro”.

No Centro de Defesa de Vida Herbert de Souza (CDVHS), em Fortaleza, dois agentes do grupo representam lideranças comunitárias estabelecidas: o presidente da Asc Comboja, atuando e a presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Parque Nazaré. Além deste, são apontados trabalhos como de consultoria para articulação das redes de fortalecimento e desenvolvimento locais. Esse é o perfil geral dos demais entrevistados, que se declararam como auxiliares, tendo os maiores níveis de educação formal, com casos de ensino superior em andamento, concluído e até de pós-graduação.

Uma das participantes classifica sua atividade de “parte de um projeto de comunicação comunitária” como um tipo de liderança comunitária. A declaração é de uma aluna de Comunicação Social, que deu prosseguimento a um trabalho desempenhado na faculdade, e reconhece em seu trabalho um caráter de liderança, talvez por conta da maior familiaridade com os potenciais da comunicação como fator de mobilização comunitária e de fortalecimento dos movimentos sociais.

Essa percepção da atividade comunicativa como um tipo de liderança é mais comum no projeto Viva Favela, realizado no Rio de Janeiro, tendo 50% dos entrevistados respondido ao questionamento, declarando suas atividades nos processos de comunicação, tanto no website como na rádio comunitária.

Uma das participantes do Viva Favela, diretora de rádio comunitária, descreve seu trabalho como “passar informações de interesse comunitário”. Mas esta atuação não se restringe aos veículos de mídia alternativa, cabendo a uma correspondente

comunitária a tarefa de “guiar os profissionais da mídia, quando vão fazer entrevistas na comunidade”, sendo esta mediação também apontada como tendo caráter de liderança comunitária.

Apesar de recorrente, essa visão não é absoluta. Um dos entrevistados diz nunca ter exercido nenhuma liderança comunitária, acrescentando, ainda na mesma resposta, sua experiência como locutor da rádio comunitária, não a enxergando, portanto, como manifestação de liderança.

A ênfase destes indivíduos para ações de mobilização mais segmentadas é menos frequente na instituição carioca que na cearense. Na Viva Rio, apenas um entrevistado declarou seu trabalho específico com “esportes radicais” na comunidade como liderança. No CDVHS, receberam destaque abordagens direcionadas às problemáticas da juventude, abordadas através de experiências com grupo de jovens, apontadas por dois entrevistados, e de gênero, cuja natureza não fora explicitada, apontada por um entrevistado.

Os dois entrevistados do Centro de Defesa da Vida (CDVHS) que são presidentes das associações das comunidades em que vivem descrevem o trabalho, por eles desenvolvido, de maneira diferente. O primeiro, Francisco Oliveira Rocha, 64 anos, presidente da Asc Comboja, diz “atender os moradores em geral”. Já a presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Parque Nazaré, Ana Maria Santos da Silva, 42 anos, abrange a atuação, atraindo para si as funções de “animadora, articuladora, orientadora e mediadora entre o poder público e os moradores”.

Outros participantes do CDVHS, os de escolaridade mais avançada, desenvolvem atividades de articulação e suporte técnico para as lideranças comunitárias. Dentre os objetivos desta articulação são elencados “a formação de uma rede de desenvolvimento para planejar o bairro” (Marileide, Granja Lisboa, 35 anos) e a “conscientização para uma cultura de paz e direitos humanos” (Francisco José da Silva, 28 anos, Bom Jardim). Os demais entrevistados dizem realizar trabalhos comunitários, mas não nas suas comunidades de origem.

Na Viva Rio, o foco da atuação comunitária é centrada na atuação dos indivíduos nos veículos de comunicação alternativa. A diretora da rádio comunitária, que classificara seu trabalho como de liderança, enfatiza-o como tendo a missão de intermediar a relação da comunidade com outras instâncias, como a Prefeitura e o

Governo do Estado, trazendo ainda informações úteis para a comunidade.

A esfera comunicativa também é trabalhada nessa perspectiva de expansão e alcance ao que é externo à comunidade. Uma das entrevistadas desempenha a função de articulação com os veículos de mídia tradicionais, para suscitar questões de interesse da população, “levando conhecimento e informações de utilidade pública” (Dayse Lara Ramos de Sant’Ana, 26 anos, Cidade de Deus). Outro entrevistado, que não apontara a atividade comunicativa como de liderança, define sua intenção como de “levar informação precisa a toda a comunidade”. (Reinaldo M.Machado, 38 anos, Complexo da Penha)

É relatada ainda uma experiência de cunho assistencialista, na qual o entrevistado (Walter Mesquita, 37 anos, Queimados – Baixada Fluminense) diz reunir-se, no Natal, com amigos, para comprar um “carro cheio de presentes”, vestindo-se de “Papai Noel”, para distribuir o que é obtido em uma comunidade previamente escolhida. Outro entrevistado (Fernando Luis Dias, 34 anos, Rocinha) diz “gostar do lado social”, atuando especificamente com “a galera do esporte radical”.

Dentre os participantes do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, há quase um consenso de que a implantação e o funcionamento do site melhoraram suas vidas e seu poder de organização como comunidade. Apenas uma das entrevistadas (Maria Gorete Alves Vidal, 37 anos, Granja Lisboa) não se declarou observadora de qualquer melhora, dando como justificativa para tal o fato de “quase nunca acessar o site”.

Os demais participantes avaliam a participação no site tendo impacto direto no trabalho que realizam, embora esse processo não se dê na esfera do próprio trabalho comunitário. O que realmente conta, em suas declarações, é a divulgação deste e a valorização das pessoas envolvidas em função da publicização que o site lhes confere, dando visibilidade não somente a seus projetos, mas também àqueles que os desenvolvem. Esse é o caso de um dos presidentes comunitários que compõem o grupo do site, que declara: “fiquei bem visto, mais do que boca a boca” (Francisco Oliveira Rocha, presidente da Associação comunitária Comboja, 64 anos). Para a outra entrevistada (Ana Maria dos Santos da Silva, Parque Nazaré-Siqueira, 42 anos) que é líder comunitária, “é muito bom ver que alguém comentou: ah, eu vi você no site”.

A visibilidade conferida pelo site acaba funcionando, para uma das entrevistadas (Marileide, Granja Lisboa, 35 anos), como um incentivo ao trabalho. “As entidades se

sentem valorizadas com seus trabalhos divulgados, logo, aumenta o desejo de participar, cooperar”.

Para aqueles (Adriano Paulino de Almeida, 28 anos) que não são originários das comunidades envolvidas, “a aparição dos eventos pelas entidades associativas... eleva a estima delas”. Outra opinião é de que os conteúdos veiculados no site são mais importantes que a exposição por ele possibilitada, permitindo intercâmbio de informações e auxílio nas atividades de educação social.

Os que vivenciam a experiência do site Viva Favela passam por divisão semelhante quanto à percepção do impacto do site em suas vidas. Uma das entrevistadas (Rita de Cássia Santos Pinto, Cantagalo, 40 anos), que já trabalhara como radialista comunitária, afirma que: “se a rádio já me fazia popular, o Viva Favela colaborou ainda mais”. Mesmo demonstrando essa preocupação com o status que a atividade lhe confere, ela afirma que há uma preocupação, e um prazer de sua parte, em fazer com que os demais moradores possam conhecer melhor o que se passa nas comunidades vizinhas, dialogando e debatendo seus problemas.

Para os cariocas, o site influenciou ainda diretamente em sua vida profissional. Uma entrevistada (Dayse Lara Ramos de Sant’Ana, Cidade de Deus, 26 anos) relata: “essa participação me direcionou na escolha exata da profissão que mais de identifica comigo: o jornalismo”. Outros entrevistados, ambos fotógrafos, opinam que “o trabalho (...) me possibilitou crescer na minha profissão” (Walter Mesquita, Queimados – Baixada Fluminense, 37 anos), e que a experiência “valorizou sua profissão” (Luiz Antônio Monteiro de Barros, Cidade de Deus, 39 anos). Um terceiro avalia que o site “aumentou o respeito das pessoas por sua profissão” (Fernando Luis Dias, Rocinha, 34 anos).

Os ganhos trazidos pela exposição conferida pelo site são apresentados mais em função da maior problematização das questões cotidianas que da divulgação do trabalho em si mesmo.

Entre os participantes do CDVHS, apenas uma das entrevistadas (Marileide, Granja Lisboa, 35 anos, consultora e articuladora política em uma rede de entidades locais) explicou que o mais enriquecedor da experiência não era o estabelecimento de uma rede de divulgação e veiculação de notícias, mas a articulação que se impunha aos grupos para que o projeto fosse desenvolvido.

Esse argumento de que a reunião e a vivência em torno do site é mais importante do que o site em si é reforçado por outro entrevistado (Adriano Paulino de Almeida, 28 anos, cientista social) que concebe a atividade como uma espécie de celeiro, onde podem ser formadas as lideranças comunitárias, sendo estas enriquecidas com o fluxo de informações propiciado pelo site.

Do lado dos que responderam afirmativamente à pergunta proposta, a justificativa dominante é que a vivência no site promove um conhecimento mais profundo acerca dos problemas da comunidade. Esse é o argumento de 50% dos entrevistados.

Outro ponto favorável defendido é o de que o site colabora para o estabelecimento de uma rede entre as comunidades próximas, o que além de ampliar o debate, na opinião de uma das entrevistadas (Ana Maria Santos da Silva, Parque Nazaré-Siqueira, 35 anos), incentiva a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Para os cariocas, o site vivafavela se apresenta como uma nova possibilidade de mobilização. A concordância com o questionamento proposto é unânime. Uma das entrevistadas (Rita de Cássia Santos Pinto, Cantagalo, 40 anos) se posiciona de modo bastante otimista frente à experiência com a Internet, mas garante que “nada isenta seu papel de moradora” e que “todos os problemas que afligem sua comunidade a afligem diretamente”. Ou seja, o site é apresentado como um complemento às esferas tradicionais de luta política e de mobilização social.

Enquanto fruto dessa promoção, uma das entrevistadas (Dayse Lara Ramos de Sant’Ana, Cidade de Deus, 26 anos) opina que o espaço concedido pelo site e o projeto reflexivo envolvido em sua elaboração possibilitam uma visão mais ampla não só acerca da comunidade, mas da sociedade como um todo.

Restringindo-se às implicações práticas na própria comunidade, há um consenso dentre os entrevistados de que a vivência como correspondente comunitário colabora para uma maior percepção da comunidade. Um deles enfatiza que, mais que conhecer problemas, é preciso apresentar soluções.

Os cearenses do CDVHS enfatizam o matiz de que a vivência no site possibilita que o fluxo de informações estabelecido contribua para a percepção que estes fazem não só da sua própria comunidade, mas da sociedade como um todo. Nesse sentido, é estabelecido, pelos entrevistados, um “fluxo de mão dupla” entre a comunidade e a

sociedade, implicando num fortalecimento do local a partir de uma análise mais profunda do global. Um dos entrevistados (Adriano Paulino de Almeida, 28 anos) opina que o contato com o site tem lhe permitido encontrar em sua própria comunidade traços que indicam que a conjuntura política e econômica em níveis mais elaborados, como o País, são de impacto decisivo nos problemas por eles enfrentados.

Dentre os cariocas do Viva Favela, o site propicia “descortinar esses direitos (dos moradores), que não são só atribuídos a mim, mas a todos os moradores” (Rita de Cássia Santos Pinto, Cantagalo, 40 anos). O argumento recorrente é de que é preciso, através da comunicação popular, reverter o panorama de exclusão e de desconhecimento dos moradores.

A afirmação através da informação, notadamente dos direitos de cada um dos moradores, é argumento dominante na descrição do site. Além disso, 50% dos entrevistados opinam que o site contribui para estabelecer novos vínculos de socialização com o mundo externo à comunidade, inclusive com as classes sociais que detêm melhores condições de vida.

Mostrar-se à sociedade como um todo, entretanto, não tem como único objetivo promover melhorias na comunidade nem resgatar valores perdidos, como a auto-estima. Para um dos entrevistados, o mais importante da vivência é o fato de ser “mundialmente conhecido com os trabalhos de fotografia pelo Viva Favela” (Luiz Antônio Monteiro de Barros, Cidade de Deus, 39 anos).

4- Acompanhamento de notícias veiculadas nos sites

O portal Viva Favela fica dentro do site da ONG VivaRio e tem links que remetem à Rede VivaRio, Favela tem memória, Beleza Pura, Notícias atualizadas diariamene, Ecopop, Clique seu direito. O diretor é Rubem César Fernandes. Cristiane Ramalho é a editora executiva e coordenadora do site Viva Favela⁶. O site tem algumas

⁶ Os correspondentes comunitários são Anna Carolina Miguel (zona oeste), Bete Silva (Complexo do Alemão), Begha Lindemberg (Parque Ambiental de Ramos), Cláudio Pereira (Complexo da Maré), Cristian Ferraz (Duque de Caxias, Baixada Fluminense), Dayse Lara (Cidade de Deus), Edu Casaes (Rocinha), Guaraci Gonçalves (Morro do Tuiuti), Rita de Cássia (Cantagalo e Pavão-Pavãozinho). Os fotógrafos são Deise Lane (Complexo da Maré), Nando Dias (Rocinha), Rodrigues Moura (Complexo do Alemão), Tony Barros (Cidade de Deus) e Walter Mesquita (Baixada Fluminense). Os jornalistas são: Vilma Homero (redatora) e os repórteres – Ana Lima, Carlos Lanier, Mariana Leal, Júlia Duque Estrada, Marcelo Monteiro. O estagiário Jaime Gonçalves e o pesquisador Tiago Pinheiro também estão envolvidos no projeto. Os colunistas fixos são José Júnior, Def Youri, Mr Bill, Celso Athayde, Ivo Meirelles, Emersom Facão e Júlio Ludemir.

seções periodicamente atualizadas: reportagens especiais, galeria, serviços, educação, diversão, desarmamento, sua opinião, espaço aberto, charge⁷.

Já o site do CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza traz os seguintes links: agenda (variável), fale conosco (fixo), mapa do site (variável), busca (fixo), webmail (fixo). As seções são Bate-Papo, Enquete, Galeria de fotos e provedores⁸.

Para realizar a pesquisa, acompanhamos, durante o período de três meses (de primeiro de novembro de 2005 a 31 de janeiro de 2006), a seção “Notícias da Comunidade”, do site <http://www.cdvhs.org.br>, do Centro de Defesa dos Direitos da Vida Herbert de Souza e a Revista Viva Favela, do site <http://www.vivafavela.br>, da ONG VIVA RIO. A ideia era apreender a proposta dos sites, identificando as seções, analisando os conteúdos apresentados e sua elaboração pela comunidade.

Os dois sites são atualizados semanalmente. Elegeram-se cinco categorias, para a análise das notícias, tentando identificar se os temas tratados nas notícias e reportagens estimulavam a cidadania, abordavam problemas da comunidade, demonstravam uma recepção crítica e um aprofundamento dos conhecimentos, e se contribuíam para o fortalecimento dos movimentos sociais. No site do CDVHS, a seção escolhida para análise foi o CDVHS Notícias e, no site VIVAFAVELA, escolheu-se a revista Viva Favela, fazendo o acompanhamento da reportagem principal.

No site do CDVHS, pôde-se constatar que das cinquenta e quatro matérias analisadas, houve uma maior ênfase nas notícias, no estímulo à cidadania (59%) e na abordagem de temas que contribuíssem para um fortalecimento dos movimentos sociais (55%). Em muitas notícias, observou-se uma excessiva centralização da imagem do CDVHS, pretexto para a veiculação de várias notícias. Um exemplo dessa predominância é a matéria veiculada no dia 09/12/2005, intitulada "**Mais Democracia = Mais Direitos Humanos**", uma notícia sobre o lançamento de uma campanha, que dá

⁷ Outras seções são presença (Alex Luthor), jogos, pesquisa, jogos novos, promoção, carta eletrônica, e-mail gratuito, assine nossa revista semanal Comunidade Viva, Classificados, A primeira vez ninguém esquece, revista Viva Comunidade. Outras links são O Nordeste é Aqui, Espaço Aberto, No Mínimo, Porta Curtas. Outros sites que podem ser acessados através do portal são: Instituto de Estudos do Trabalho da Sociedade, IG Rio – Caderno Rio, Observatório de Favelas.

⁸ Os links são CDVHS (fixo), programas e projetos (fixo), fundesol (homepage), publicações – imprensa (variável) e publicações (fixo), produtos e serviços (fixo), redes e parcerias (fixo), debates, agenda do CDVHS (variável), notícias da comunidade (variável), fale conosco (fixo), cdvhs notícias (variável), consórcio da juventude (fixo), jornal Viva a Cidade (variável), Revista Urbe e Humanidade (variável).

título à matéria, tratando do fortalecimento de esferas de participação, com desenvolvimento econômico, político e cultural como indutor da cidadania. A matéria é expandida nessa direção, mostrando a complementaridade dessas ações.

Quanto ao site do Vivafavela, das treze matérias avaliadas pôde-se constatar uma maior ênfase em assuntos que estimulavam a cidadania (61%), abordavam problemas da comunidade (76%), demonstravam uma recepção crítica (61%) e um aprofundamento dos conhecimentos (53%). Uma matéria que comprova essa tendência foi veiculada em 02/12/2005, intitulada “**Expansão virtual**”, uma reportagem que é um relato sobre o acesso dos moradores da comunidade ao Orkut, site de relacionamentos que é sucesso em todo o mundo, especialmente no Brasil. O objetivo parece ser o de mostrar como os moradores se relacionam com a própria comunidade através do site, apresentando quais as comunidades criadas relacionadas à Rocinha e as novas possibilidades de socialização abertas por elas. Essa é a primeira notícia em que há uma menção direta a um projeto realizado pela organização Viva Rio, falando do cyber café por ela disponibilizado. Entretanto, outras possibilidades de acesso são apresentadas, de modo a não dar a impressão de que o Viva Rio é o único a oferecer esse apoio.

Conclusões

A alternativa para fugir a esse processo de instrumentalização crescente desencadeado pelas tecnologias de comunicação e informação, com o objetivo de criar uma cultura hegemônica, potencialmente e virtualmente múltipla e ilimitada em suas possibilidades, mas, na verdade, submetida a eficazes componentes de controle social, é a recuperação do sentido do grupal, do comunitário, ou seja, na redefinição das prioridades sociais a partir dos objetivos e das necessidades dos grupos, inclusive da possibilidade concreta de acesso a esse aparato tecnológico hoje excessivamente elitizado em seu domínio e uso, como estão fazendo os projetos desenvolvidos no portal Vivafavela e no site do CDVHS.

Para se evitar o fim da cultura como efetiva e múltipla possibilidade de manifestações diferenciadas de formas de ser, de pensar, de atuar e de existir das mais diversas formações sociais, o portal Vivafavela e o site do CDVHS atuam no sentido de colocar esse aparato tecnológico comunicacional e informacional a serviço de projetos e

objetivos previamente definidos pelos grupos sociais, com interesses e desejos múltiplos, com a efetiva democratização ao acesso e ao uso deste aparato tecnológico. Os participantes se aproximam da sua realidade cotidiana, aprofundam a compreensão acerca dos problemas de sua comunidade, conectando suas dificuldades reais com aspectos sócio-políticos e econômicos da sociedade contemporânea. Tudo isso se faz ao mesmo tempo em que a maioria dos participantes envolvidos nesses projetos progride individualmente e até ascende socialmente, através do retorno ou da continuação dos estudos, sem perder de vista seu papel como liderança comunitária e como agente principal da transformação da realidade em que vive.

Referências bibliográficas

ACIOLI, Socorro. **Fundação Casa Grande: Comunicação para a Educação**. Fortaleza, maio de 2002, mimeografado.

AGUILAR, Miguel Ángel et alli. **Medios de Comunicación y Cultura Política**. Editorial Pablo Iglesias, Madrid, 1999. 302 p.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público. O Terceiro Setor na América Latina**. São Paulo, Relume Dumará, 1994.

FERNÁNDEZ, Adrián José Padilla. **Democratização do Ar como Exercício de Cidadania**. São Paulo, mimeografado (dissertação de Mestrado), dezembro de 1998.

LEMONS, André. _____. **Ciber-Socialidade: tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Trabalho apresentado no GT Sociedade Tecnológica, no COMPÓS-98. In: **Revista Logos**, Rio de Janeiro: UERJ, 1998. [on-line] Disponível na internet em <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html>. Acesso em: 20 jan.2003

NUNES, Márcia Vidal. “Rádios Comunitárias no Século XXI: Exercício da Cidadania ou Instrumentalização”. In: MOREIRA, Sônia Virgínia & BIANCO, Nélia R. del Bianco (orgs). **Desafios do Rádio no Século XXI**. São Paulo: INTERCOM; Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares – A Participação na Construção da Cidadania**. Petrópolis, Vozes, 1998.

SORJ, Bernardo. “Vivafavela.com.br: uma experiência brasileira de acesso à informática na luta contra a pobreza”. In: Tramonte, Cristiana & Vieira de Souza,

Márcio. A Comunicação na Aldeia Global – Cidadãos do Planeta face à Explosão dos Meios de Comunicação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2005.